

SOCIEDADE URBANA E URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE: ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

DANILO VOLOCHKO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana
Universidade de São Paulo
dvolochko@usp.br

RESUMO

Este artigo elenca alguns elementos teóricos que podem contribuir para a análise da problemática da urbanização da sociedade, vista através de uma preocupação metodológica que busca superar/criticar uma noção de urbanização *stricto sensu*. Por outro lado, o que chamamos de urbanização da sociedade *lato sensu* – processo, aliás, indissociável de uma urbanização do espaço – circunscreve em si um horizonte analítico frágil porque demasiadamente aberto, fazendo-se necessário estabelecer algumas mediações, entre as quais destacamos os conceitos de sociedade urbana e metrópole. Esses conceitos potencializam a abordagem sobre a urbanização da sociedade contemporânea, estabelecendo alguns nexos entre modernização, capitalismo financeiro e produção de uma problemática espacial e urbana contemporânea.

PALVRAS-CHAVE: Sociedade urbana. Urbanização da sociedade. Produção do espaço. Capitalismo financeiro. Metrópole.

URBAN SOCIETY AND THE URBANIZATION OF SOCIETY:
ELEMENTS FOR A DISCUSSION OF THE CONTEMPORARY CITY

ABSTRACT

This article discusses some theoretical elements for the analysis of the urbanization of society; the objective here is methodological and aimed at criticizing what we consider to be a restricted understanding of urbanization. Urbanization of society, which is an inseparable process of the urbanization of space,

circumscribes, in fact, a weak analytical horizon. Given the broad scale of the concept, it demands some theoretical mediations and these are provided by the concepts of urban society and of metropolis. These concepts give strength to the analysis of contemporary society and establish the necessary connections between modernization, financial capitalism and the spatial/urban production of space.

KEY-WORDS: Urban society. Urbanization of society. Production of space. Financial capitalism. Metropolis.

OBSERVAÇÕES INICIAIS: URBANIZAÇÃO *STRICTO SENSU*

No curso de sua urbanização, muitas cidades brasileiras conheceram uma gama de processos saídos do seu próprio crescimento e desenvolvimento a partir da industrialização. Entre esses processos, poderíamos mencionar a metropolização, a suburbanização, a periferação, a expansão de loteamentos irregulares, a autoconstrução das periferias, a favelização, o encorticiamento do centro. Diante das sempre renovadas estratégias (inclusive internacionais) de acumulação, a urbanização contemporânea abriga novos conteúdos e novas formas; por exemplo, uma relativa desindustrialização e desconcentração industrial da metrópole de São Paulo articulada ao recrudescimento do setor terciário da economia, configurando uma urbanização que aprofunda, incluindo novos elementos, muitos daqueles processos anteriores. É particularmente marcante nos dias de hoje a proliferação da segregação e das auto-segregações, a continuidade da espoliação urbana e da expulsão das populações empobrecidas para os limites do urbano, bem como o domínio crescente do capital financeiro que, apoiado pelo Estado, vem coordenando o setor imobiliário na produção de uma urbanização como possibilidade de reprodução dos seus negócios.

Esses processos constituíram/constituem a urbanização brasileira como uma problemática ao mesmo tempo social e espacial e, nessa condição, revelam que a urbanização da sociedade – como processo e como temática – define inexoravelmente uma problemática espacial, a qual tentaremos abordar. Contudo, antes de mergulharmos na discussão sobre a urbanização da sociedade e a problemática espacial contemporânea, julgamos necessário esquadrihar algumas observações. A primeira delas remete ao fato de que, tendo em vista que a realidade socioespacial – objeto de análise dos geógrafos – define um

processo contínuo de transformações, o desvendamento teórico dessa realidade clama por uma apreensão metodológica que seja capaz de captar seu sentido mais amplo, seus fundamentos e seu movimento tendencial. Assim, desenhasse o problema metodológico como um primeiro desafio às análises sobre a urbanização contemporânea: premissas metodológicas que tomam elementos caros às inteligibilidades analíticas das ciências exatas e biológicas – tais como linearidade, equilíbrio, sistemas, modelos, índices –, impregnados em diversos trabalhos na Geografia e fora dela, devem ser objeto de uma ampla revisão crítica para que sejam superados. De fato, a urbanização foi e ainda é muitas vezes tratada a partir de tais premissas, sendo encarada como crescimento quantitativo do tecido urbano, o que engendrou e engendra o que chamamos de uma compreensão *stricto sensu* da urbanização. Tais abordagens raramente constroem uma totalidade analítica que não seja a somatória e a descrição de tudo o que há no interior da cidade ou da metrópole, suas funções, seus setores, suas características. Subjacente a tais abordagens está a idéia de que o próprio capitalismo, enquanto sistema social, gera desequilíbrios que podem e devem ser equilibrados para que a cidade e a sociedade funcionem normalmente.

Nesse sentido, trabalhos como “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo”, “Cidade em Pedacos” (SPOSATI, 1996 e 2001 respectivamente), “Atlas da Exclusão Social no Brasil” (POCHMANN e AMORIM, 2004), “São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais” (MARQUES e TORRES, 2004) apontam na direção acima, permitindo-nos situá-los no plano de um conhecimento produzido com um claro objetivo: o de ser aplicável, ou seja, o de servir para instrumentalizar intervenções concretas na realidade a fim de melhorá-la. Assim, esse tipo de análise delinea os contornos do Estado por meio da elaboração de um saber tecnicizado que emerge do interior de programas de planejamento governamental (de esquerda!), que fundamentam uma racionalidade que estipula metodologias de mensuração para a formulação de políticas públicas, cujas metas buscam a distribuição equitativa da riqueza no espaço urbano para compensar ou atenuar as chamadas desigualdades socioterritoriais. Parece implícita às idéias de fragmentação e inclusão/exclusão presentes nesses textos uma compreensão de que há uma coerência perdida pela metrópole, e que deve ser retomada: a unidade de uma identificação e de uma apropriação da cidade como um todo pelos seus habitantes; apropriação esta confundida com o acesso aos equipamentos urbanos dentro de rígidos limites

administrativos (distritos, subprefeituras). Tal viés freqüentemente esvazia o sentido contraditório da produção (conflituosa) do espaço, situando o debate sobre a urbanização em um patamar afeito a ideologias que legitimam a ação estatista.

Some-se a isso uma profusão de tipologias e nomenclaturas classificatórias das cidades contemporâneas a partir de padrões morfológicos como, por exemplo, a “cidade compacta” em contraposição a uma “cidade (ou a uma urbanização) dispersa”. Esses tratamentos, até onde pudemos constatar, dificilmente ultrapassam o plano da forma, da materialidade aparente, muitas vezes renegando o debate sobre os conteúdos complexos e dinâmicos responsáveis pela produção das diversas formas espaciais e paisagens urbanas das cidades contemporâneas. Acima de tudo, as importantes modificações na morfologia urbana das cidades e metrópoles assinalam mudanças no plano dos processos socioespaciais, os quais devem ser amplamente investigados. Sublinhamos, portanto, que pensar a urbanização da sociedade contemporânea não implica apenas em estipular padrões regulares e comparar modelos de assentamentos urbanos, mas sim de buscar reconhecer a complexidade do processo de urbanização em um país periférico e subdesenvolvido como o Brasil, que apresenta uma imbricação contraditória de elementos exógenos e endógenos, arcaicos e modernos, que redundam em uma urbanização marcada por desigualdades cada vez mais acentuadas. Isso nos confere um ângulo particular de análise a partir de um campo próprio de complexidades: a urbanização da sociedade vista através da problemática espacial e urbana contemporânea no Brasil.

Portanto, aqueles que se debruçam sobre o entendimento dessa problemática se deparam com o fato inequívoco de que o movimento da realidade urbana tende sempre a escapar, no espaço-tempo, da prática cotidiana das sociedades, do movimento de sua apreensão teórica. Se aceitamos que somente através da manifestação fenomênica é possível apreender objetivamente a realidade, admitimos que esta sempre se antecipa à teoria, ao conceito, tornando-os relativos e datados, reforçando uma vez mais a necessidade de uma leitura metodológica que comporte as virtualidades: uma projeção, um projeto. O aspecto banal, mas freqüentemente esquecido, de que o objeto de pesquisa na área da Geografia Humana é, por excelência, social frustra um eventual sentido nomotético que o explique, apresentando o objeto analítico como um campo contraditório de determinações e possibilidades que compõem uma complexidade aberta, dinâmica e dialética.

Nesse sentido, o processo de urbanização da sociedade conduz nossa reflexão a fundamentar-se na idéia de que sua compreensão supõe o tratamento dos conflitos que escondem/revelam as contradições da produção do espaço. Entre as contradições desse processo, destacamos o fato de que a cidade, produzida coletivamente – portanto socialmente – só é apropriada privadamente (cf. CARLOS, 1991), o que nos apresenta algumas categorias básicas da sociedade capitalista em uma relação contraditória: o trabalho, o valor e a propriedade privada (da terra). A urbanização contemporânea atualiza as contradições ao estendê-las e aprofundá-las no bojo do processo de reprodução socioespacial, impondo concretamente – no plano da prática cotidiana – dinâmicas que devem ser tratadas como questões teórico-metodológicas no âmbito da pesquisa em Geografia Urbana. Portanto, o reconhecimento das contradições oferece um quadro de análise que procura superar a urbanização *stricto sensu* ao iluminar o processo de urbanização da sociedade *lato sensu* em si como um processo contraditório. Isso encoraja uma compreensão dialética – que é crítica e radical – apta a desfetichizar as representações espaciais do poder do Estado e de um conhecimento que reduz a problemática da urbanização ao mero crescimento caótico ou ao consumo dos equipamentos urbanos, os quais devem ser ordenados e planejados. Com efeito, a cidade é mais que um simples assentamento populacional e a urbanização é mais do que o seu crescimento quantitativo. Feitas essas observações iniciais, caminhamos rumo à tentativa de elucidar a urbanização da sociedade a partir de uma perspectiva e de uma preocupação teórico-metodológica.

URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE LATO SENSU

A abrangência de uma reflexão possível sobre a temática da urbanização da sociedade circunscreve uma dificuldade metodológica preliminar: o fenômeno urbano *in totum*, considerado ele mesmo um objeto de análise, estende e prolonga demasiadamente o espaço e o tempo do horizonte analítico. Essa dificuldade metodológica advém da relação mais ampla existente entre o processo genérico de urbanização e a própria humanização do homem em seu devir civilizatório, a qual, no limite, vincula decisivamente a urbanização à constituição da própria historicidade humana. Em relação a isso, diversas abordagens – entre elas a geográfica, a histórica, a sociológica, a arqueológica – constituem uma verdadeira miríade de possibilidades teóricas, mas particu-

larmente aquelas de cunho antropológico e etnológico enfocam mais de perto a relação entre o surgimento dos assentamentos urbanos e o desenvolvimento sociocultural das sociedades humanas. Darcy Ribeiro (1983) identifica continuidades e descontinuidades que marcam a evolução humana do ponto de vista de um processo civilizatório diacrônico (não evolutivo). Esse autor considera os argumentos gerais de Gordon Childe (1951) – que segue, por sua vez, as linhas mestras de Lewis H. Morgan –, que escreve que existiriam “três revoluções que se confundem com o processo de humanização que fez o homem transcender da escala zoológica para situar-se no plano da conduta cultural: Revolução Agrícola, Revolução Urbana e Revolução Industrial”. Ainda segundo Childe (apud RIBEIRO, 1983, p. 32), “a Revolução Urbana rompe com a Alta Barbárie inaugurando a Civilização”.

De acordo com essas abordagens, à Revolução Urbana corresponderiam transformações profundas nos contingenciamentos do homem como espécie em sua relação com a natureza – cuja dominação é iniciada com a Revolução Neolítica –, mas principalmente em relação ao que é chamado de “sistema associativo”, que diz respeito aos modos de regulação das relações humanas, e ao “sistema ideológico”, concernente à comunicação simbólica, à linguagem, às crenças e aos valores. Ribeiro (1983, p. 73) escreve em relação à Revolução Urbana:

Seus motores foram uma acumulação de inovações técnicas que ampliaram progressivamente a eficácia produtiva do trabalho humano, provocando alterações institucionais nos modos de relação entre os homens para a produção e nas formas de distribuição dos produtos do trabalho.

Ribeiro (1983, p. 74) escreve que a produção de excedentes de alimentos permitiu desligar grandes contingentes humanos da atividade de subsistência, inaugurando formas mais complexas de divisão social do trabalho através da especialização artesanal e do comércio, propiciando uma estratificação ocupacional e uma organização política que levou à concentração de riquezas, principalmente nas cidades. Outra alteração central nesse momento é a mudança no regime de propriedade que, de coletiva ou comunal – “das primitivas comunidades agrícolas igualitárias e das hordas pastoris nômades” (RIBEIRO, 1983, p. 75) –, passa a ser individual, possibilitando o acúmulo de bens não apenas para a ostentação, mas como um instrumento utilizável na produção contínua de mais riqueza (RIBEIRO, 1983, p. 76). Sobre esse conjunto de mudanças, Lewis Mumford (1998, p. 614) escreve que:

Em virtude da sua concentração de energia física e cultural, a cidade acelerou o ritmo do intercuro humano e traduziu seus produtos em formas que podiam ser armazenadas e reproduzidas. Por meio de seus documentos, de sua história escrita e de seus hábitos ordenados de associação, a cidade aumentou o âmbito de todas as atividades humanas, estendendo-as no tempo, para diante e para trás.

A cidade cumpre assim um papel central na possibilidade da realização da própria historicidade ao produzir formas duradouras, sejam elas físicas ou não, como atesta o nascimento da Filosofia e da Política na *citê* grega. Ao mesmo tempo, ao propiciar “um estilo de vida voltado para o futuro, pleno de elá expansionista informado por um poder explícito que, conquanto deificador da tradição, permitia o cultivo de certo espírito de indagação”, “a cidade transferiu a forma de solidariedade da igualdade familiar clânica para o vínculo cívico” (RIBEIRO, 1983, p. 82 e 87). Por fim, Ribeiro (1983, p. 77) escreve que “Lewis MORGAN acentuou esta transmutação, chamando *societas* ao antigo modelo de vida social, *civitas* ao novo”, percebendo com isso a configuração do próprio Estado através da implantação do domínio político sobre um território e sua relação com o início da vida urbana.

A urbanização da sociedade *in totum* nos permitiria pensar, sobretudo, em um desdobramento espacial das sociedades humanas enquanto um processo geral de desenvolvimento de mediações e abstrações, entre as quais a cidade ela mesma se coloca muito cedo. Destarte, não seria a própria urbanização uma mediação, aliás francamente espacial, na relação entre o homem e a natureza, que permite ao primeiro criar sua existência concreta e seu mundo cultural (abstrato) e histórico, portanto humano, face à sua condição animal? Essas considerações evidenciam parte de uma concepção *lato sensu* sobre a urbanização da sociedade, mas também colocam obstáculos para o desenvolvimento da questão, já que torna um tanto impertinente e até superficial a discussão sobre “A Urbanização” fora de um espaço e de um tempo determinados. De tal modo que “A Urbanização”, tomada genericamente, parece levar inexoravelmente o pensamento a um labirinto analítico cujas saídas parecem ser a vagueza da generalização ou a limitação dos recortes particulares.

A partir dessa dificuldade, defrontamo-nos com as seguintes questões: como situar teoricamente a urbanização da sociedade de modo a não reduzi-la nem esgarçá-la? Quando se fala em urbanização da sociedade, de que sociedade se está tratando e em qual período? Que elementos poderíamos considerar como sendo propriamente da urbanização como processo civilizatório? Quais

questões são repostas pela sociedade contemporânea para o tema e para a problemática da urbanização? O que é do *continuum* da urbanização nos termos da humanização do homem e o que a ameaça desse ponto de vista? Ao refletirmos sobre como a Geografia poderia contribuir nesse debate, indagamos: que papel o espaço desempenha no processo de urbanização da sociedade? Do ponto de vista do método, questionamos: como construir, a partir da idéia de urbanização da sociedade, uma totalidade aberta e móvel? Buscaremos, a seguir, trabalhar um pouco mais essas questões, evidentemente sem a pretensão de resolvê-las por inteiro.

DA URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE À SOCIEDADE URBANA: TENDÊNCIA, MEDIAÇÃO E TOTALIDADE

A Revolução Urbana de que tratam os antropólogos e os historiadores se aproxima ao mesmo tempo em que se afasta da problemática que estamos circunscrevendo. A Revolução Urbana, tal como apresentada naquelas abordagens, permite-nos situar retrospectivamente uma categoria trans-histórica que já perdura ao menos seis milênios: a cidade. Mas como não se trata de apresentar uma trajetória *ab ovo* da cidade neste texto, buscaremos situar os limites e as possibilidades teóricas desse objeto através das continuidades e descontinuidades reais impostas por uma determinação: a cidade da sociedade de hoje. Como hipótese, pensamos que o sentido da cidade hoje nos permite pensar o sentido da urbanização presente, passada e futura; em outras palavras, ao reconhecermos a cidade como categoria de análise trans-histórica, torna-se possível entender o sentido das transformações vividas e produzidas pela sociedade contemporânea. Assim, consideramos que a cidade e o urbano foram capazes de definir, no plano da prática concreta das sociedades, uma totalidade trans-histórica, a partir da qual podemos examinar os processos sociais contemporâneos que requalificam a cidade e o urbano e que, por conseguinte, dão novos e atuais conteúdos à urbanização da sociedade.

É nesse sentido que derivamos um recorte metodológico da problemática da urbanização da sociedade *lato sensu*: a constituição e o desenvolvimento da **sociedade urbana**. O termo sociedade urbana foi criado pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1991, 1999) para designar um objeto ao mesmo tempo prático e teórico, real e virtual, que se desdobra da hipótese da urbanização completa da sociedade. A industrialização, para Lefebvre, conduziu a cida-

de a um processo de implosão-explosão, que resultou na sua extensão espacial desmesurada e fragmentada. Entretanto, para esse autor (LEFEBVRE, 1999, p. 17), nesse momento “o tecido urbano não designa mais apenas o sentido estrito de um domínio edificado nas cidades, ele passa a expressar o conjunto mais amplo das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”, a ponto de deslocar a oposição histórica entre cidade-campo para a contradição centro-periferia. O urbano gesta-se no seio dessa cidade estilhaçada em pedaços mais ou menos homogêneos, mais ou menos hierarquizados. Seguindo esse raciocínio, a indústria, elemento que induz e transforma a urbanização, passa a ser por ela comandada, estabelecendo os termos da urbanização da sociedade contemporânea (explosão da cidade constituída no ritmo da história) *pari passu* com os termos da centralidade e da generalização do capital como relação social dominante. Sobre isso, Lefebvre (1991, p. 7; 21) escreve que:

[...] a prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do ‘mundo da mercadoria’ que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical [...] a indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana, até destruí-la pela prática e pela ideologia [...] a industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial [...] a realidade urbana, na e por sua própria destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica.

Tomando como ponto de partida tais idéias, podemos dizer que o conceito de sociedade urbana de Lefebvre estabelece uma mediação importante entre o processo de urbanização da sociedade *lato sensu* e o processo de urbanização da sociedade contemporânea. Nesse sentido, diríamos que a **urbanização da sociedade (*lato sensu*) abre a via que culmina na sociedade urbana**. Logo, podemos dizer que a Revolução Urbana a que se refere Lefebvre coincide com uma “zona crítica” em relação àquele conceito de Revolução Urbana do ponto de vista do processo civilizatório do homem. Ela trata de um ponto de inflexão bastante claro: o momento em que a cidade política passa a ser dominada pelas trocas, em um contínuo desenrolar das abstrações. Indo mais além, podemos interpretar o conceito de sociedade urbana, dialeticamente, como a negação da cidade pela urbanização generalizada. Como isso é possível? O urbano, produto e conceito saído da industrialização, revela como a cidade foi sendo conquistada pela racionalidade do valor de troca, que inclusive tornou a urbanização uma importante força produtiva baseada na valorização do solo da

cidade. Nesse contexto, situamos a entrada irrefutável do espaço na reprodução da sociedade capitalista, processo no qual o espaço urbano aparece ao mesmo tempo como uma condição, um meio e um produto (cf. CARLOS, 1986) da reprodução social.

A cidade industrial continua a tomada da cidade política que já vinha sendo realizada secularmente pela cidade comercial, chegando a dominá-las definitivamente, a ponto de estabelecer um “*point of no return*”: a sociedade urbana. Este conceito ilumina o espaço como um elemento da reprodução e o urbano como seu conteúdo e sua forma concretos. Lefebvre trata, em sua obra, a relação entre cidade-urbano, considerando, grosso modo, a cidade como uma ordem próxima – da vida cotidiana – e o urbano como uma ordem distante – das relações mais amplas da sociedade, do modo de produção capitalista, do Estado. Atribui, a certa altura, uma positividade à cidade e uma negatividade ao urbano, porque este nasce como destruição do sentido da obra pertencente àquela, portanto nasce como o outro da obra, do uso e da apropriação do espaço da cidade: o urbano surge como uma espacialização da forma da troca, do valor. Mas, para aquele autor, a relação não se estabelece em termos de uma oposição lógica entre cidade-urbano e sim como uma relação dialética, o que possibilita a ele identificar no urbano e na sociedade urbana uma negatividade da negatividade, isto é, um terceiro termo emergente: a possibilidade do novo e da superação (virtual) da situação posta.

É nesse sentido que podemos afirmar que o urbano nunca esteve tão presente e tão ausente como no mundo moderno. Maduro e incipiente, crise e possibilidade, o urbano explode dialeticamente como processo de urbanização enquanto mal se forma do ponto de vista civilizatório. Mas, afinal, como a urbanização aparece nos dias de hoje? Muitos geógrafos têm se dedicado a responder essa questão. Maria Encarnação Sposito (1999), ao trabalhar a temática da urbanização da sociedade, identifica o par cidade-urbanização como um importante caminho para o desvendamento teórico da questão. Assim, a autora afirma que atualmente há um duplo movimento que redimensiona o par cidade-urbanização: ampliação dos papéis urbanos e extensão dos tecidos urbanos (SPOSITO, 1999, p. 83). Com isso, Sposito define a cidade como uma forma espacial, uma expressão material do processo de urbanização (*lato sensu*), propondo, em última análise, uma relação de forma-conteúdo ao par cidade-urbano, na qual este último é entendido como uma “territorialidade extensiva

da cidade”. Essas idéias nos ajudam a refletir sobre a indissociabilidade existente entre urbanização da sociedade e urbanização do espaço, mas também levantam alguns questionamentos: poderia a relação cidade-urbanização definir uma relação rígida entre forma-conteúdo? A cidade não seria uma forma e **também** um conteúdo, assim como o urbano também seria ao mesmo tempo um conteúdo e uma forma?

Nessa direção, pensamos que a cidade poderia ser entendida enquanto uma categoria espaço-temporal mais ou menos bem definida historicamente e o urbano, enquanto uma categoria correlata que impõe um outro espaço-tempo: a exacerbação da espacialidade sobre a temporalidade; exacerbação esta produzida pelas mudanças na articulação entre os planos do social, do econômico e do político no processo de reprodução socioespacial contemporâneo. Se a cidade, categoria trans-histórica, revela uma forma espacial, revela também um conteúdo social, uma ordem próxima, uma prática cotidiana, um habitar, o que define uma relação espaço-tempo. Essas idéias situam nossa **hipótese** de que a **cidade**, além de propor uma relação indissociável de forma-conteúdo, define uma relação espaço-tempo que põe em evidência a **temporalidade como indutora da espacialidade**. Contrariamente, o urbano e a urbanização, também definidores de uma forma espacial e de um conteúdo social, apresentam uma relação espaço-tempo diferente daquela da cidade. Assim, o **urbano** como processo (de urbanização) e constituição da sociedade urbana define uma relação espaço-tempo que exacerba a **espacialidade como indutora da temporalidade**. E a categoria de análise que melhor nos possibilita pensar nessa hipótese qualificadora do mundo contemporâneo seria a **metrópole, entendida aqui como produto da urbanização da sociedade, mas de uma sociedade (já) urbana**.

A partir desse raciocínio, deslocamos, ou melhor, reposicionamos a problemática da urbanização da sociedade por meio dos conceitos de sociedade urbana e de metrópole. Esses conceitos se colocam como mediações para pensarmos a urbanização (*lato sensu*) da sociedade e a cidade hoje, compondo uma atualização e uma totalização dessas categorias vindas de uma temporalidade mais ampla. Contudo, ao pensarmos a sociedade urbana e a metrópole não podemos imaginar que as categorias de urbanização da sociedade *lato sensu* e cidade estejam ausentes, pois, pelo contrário, essas constituíram e constituem internamente aquelas. Desse modo, tomamos o problema da urbanização da

sociedade do ponto de vista da constituição da chamada contemporaneidade, termo um tanto lacunar que será pensado a partir de um eixo que abarca as características mais atuais da espacialidade produzida pela sociedade urbana na metrópole e os nexos que qualificam a reprodução social pelo menos desde as duas últimas décadas. Para isso, faz-se necessário acatar e discutir, ainda que brevemente, as idéias de modernidade e modernização, para que, em seguida, possamos pontuar uma breve reflexão sobre suas conseqüências e particularidades para o caso da urbanização da sociedade brasileira. Isto se faz necessário porque, segundo Lefebvre (1999, p. 28):

[...] essa hipótese teórica [...] não poderia levar a esquecer que a entrada na sociedade urbana e as modalidades da urbanização dependem das características da sociedade considerada no curso da industrialização (se neocapitalista ou socialista, em pleno crescimento econômico ou já altamente técnica). As diferentes formas de entrada na sociedade urbana, as implicações e conseqüências dessas diferenças iniciais, fazem parte da problemática concernente ao fenômeno urbano ou ao “urbano”.

MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO, CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO

O autor Marshall Berman (1986, p. 15) sumariza brilhantemente aquilo que ele entende como sendo a modernidade:

[...] existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como ‘modernidade’. A modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia.

Esse autor nos permite ainda identificar uma série de características sociais, políticas, econômicas, culturais e subjetivas que marcariam o que seria o mundo moderno, entre elas: a mudança de nossa imagem no universo, o advento do industrialismo e da industrialização da produção, a aceleração do tempo, o acirramento das lutas de classe, a explosão demográfica, o crescimento urbano, o desenvolvimento dos sistemas de comunicação de massa, o fortalecimento dos Estados nacionais, a proliferação de movimentos sociais, a formação de um mercado capitalista mundial, entre outras características. Acima de tudo, a modernidade marcaria para Berman a quebra das referências vindas da his-

tória – como entrevemos na lapidar sentença marxiana tornada título do livro: *Tudo o que é sólido desmancha no ar* –, protagonizando a morte de Deus e o niilismo (com Friedrich Nietzsche) além do aparecimento do indivíduo (com Sigmund Freud) e com ele a possibilidade do individualismo e das ascensões liberais (políticas e comportamentais) no processo geral de fortalecimento e reprodução do capitalismo.

Podemos depreender daí que a modernização potencializa e acelera a proposta da modernidade que caminhava desde pelos menos a Revolução Francesa no final do século XVIII. Sob não poucos aspectos (como, por exemplo, na pintura os movimentos cubista e surrealista), a modernização do final do século XIX e início do século XX negou as tradições, muitas vezes jogando fora toda a história para que o novo pudesse se estabelecer permanentemente como o eterno. Ao desprezar a história, a modernidade e mais ainda a modernização acabaram jogando fora a duracão e, com ela, a própria cidade se atrofia em urbano, em urbanização. Enquanto a sociedade urbana de Lefebvre tem que ver com o processo de modernização, segundo Berman iniciado no século XX, a cidade e a urbanização da sociedade *lato sensu* têm que ver com o processo de humanização do homem no curso do seu processo civilizatório e histórico. Assim, a sociedade urbana, como produto da modernização e reprodução capitalista, produz a metrópole como realidade e como conceito. Acerca disso, Willi Bolle (2000, p. 18) escreve que:

A fisiognomia benjaminiana da grande cidade é entendida como um paradigma de reflexão sobre o fenômeno contraditório da Modernidade. Observa-se, nos séculos XIX e XX, o choque entre, de um lado, os ideais da “modernização” e do “progresso” e, do outro, o atraso e a barbárie reais: com relação à população mundial, aumentaram a pobreza e a miséria, graves problemas econômicos continuam sem solução, os valores do humanismo caíram em descrédito, e em toda parte observa-se uma decadência da ética política e um aumento da violência e da destruição.

Mais do que isso, podemos dizer que, historicamente, o desenvolvimento da modernidade apoiou-se francamente na urbanização da sociedade (e do espaço), irmanando-a com o desenvolvimento do capitalismo burguês e dos Estados nacionais. O urbano e a metrópole ganham vida quando o movimento moderno acelera-se em modernização no início do século XX, até o ponto em que deturpa a cidade até chegar à urbanização (tendencialmente) completa e mundial da sociedade e do espaço. Com isso, vislumbramos a validade do con-

ceito já mencionado de sociedade urbana de Lefebvre como um modo importante de se analisar as relações contraditórias entre o processo de modernização e a urbanização da sociedade *latu sensu*.

Relativamente à problemática espacial contemporânea, que emerge quando da constituição contraditória da sociedade urbana (do urbano e da metrópole) no seio do movimento de urbanização da sociedade (*latu sensu*), são bastante elucidativas as considerações dos geógrafos norte-americanos David Harvey (1990, 1993, 2004) e Edward Soja (1993), particularmente no debate sobre a relação entre o capitalismo contemporâneo e a produção da urbanização. Soja (1993, p. 19) propõe uma “re teorização transformadora das relações entre a história, a geografia e a modernidade”, buscando reafirmar o espaço na teoria social crítica. Segundo seus próprios dizeres (SOJA, 1993, p. 36; 37):

A modernização pode ser diretamente vinculada aos muitos processos ‘objetivos’ diferentes de mudança estrutural que foram associados à capacidade do capitalismo de se desenvolver e sobreviver, de reproduzir com êxito suas relações sociais fundamentais de produção e suas divisões características do trabalho, a despeito das tendências endógenas para crises debilitadoras [...]. A modernização [...] é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre [...] da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção.

Esse autor associa, portanto, as relações espaço-tempo no movimento da história com o desenvolvimento dos modos de produção, o que nos faz lembrar mais uma vez Lefebvre, que afirma que cada modo de produção, cada sociedade, produziu um espaço a sua imagem e semelhança. Com isso, Soja (1993, p. 118) chega à formulação de que a cidade se torna, no mundo contemporâneo, o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força-de-trabalho, da troca e dos padrões de consumo, entendendo que a espacialização, como um momento essencial do desenvolvimento histórico do capitalismo, esteve quase invisível às análises marxistas durante muito tempo (SOJA, 1993, p. 123).

De modo semelhante, Harvey chama a atenção para um processo de compressão do tempo-espaço na pós-modernidade que estaria relacionado ao movimento de passagem do regime de acumulação fordista para aquele denominado de acumulação flexível, em seus impactos para o espaço e para o tempo. O núcleo do seu raciocínio está apoiado na teoria das crises, e remete ao processo

inerentemente crítico da acumulação capitalista diante das tentativas de solução de suas contradições internas. Nesse sentido, para Harvey (2004), haveria uma necessidade histórica de um constante rearranjo ou de uma ordenação espaço-temporal para lidar com as crises do capitalismo, particularmente das crises de sobreacumulação, nas quais, grosso modo, a elevada disponibilidade de capital não encontra mais formas lucrativas de reprodução. Segundo o autor, a expansão geográfica e a reorganização espacial seriam uma opção à sobreacumulação. Assim, com auxílio do poder do Estado – que garante estruturas institucionais como a lei, a propriedade privada como direito e os contratos como forma jurídica das relações (HARVEY, 2004) – a acumulação capitalista produz o que o autor chama de desenvolvimento geográfico desigual, que busca, a partir de “uma ampla centralização do capital, o domínio por meio do *poder financeiro*, economias de escala e posições de mercado” (HARVEY, 2004, p. 85). Assim, para Harvey (2004, p. 87-88), “a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições entre a competição e o monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização que advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo”.

Evidentemente, a centralidade da cidade nesse processo não se resume aos aspectos que a apresentam como o *locus* privilegiado da acumulação do capital. Segundo as idéias de Carlos, a reprodução da sociedade inteira (não só do capital) passa pelo ato de produzir o espaço, sendo que a problemática espacial contemporânea se revela especificamente urbana. Inúmeros conflitos emergem daí, entre eles salientamos a contradição entre a **valorização** – que envolve a propriedade privada da terra e o espaço-tempo da troca – e a **apropriação** – que envolve o habitar como espaço-tempo do uso. Mas examinemos mais de perto como a ascensão do capital financeiro, produto da modernização capitalista, adquire grande centralidade na reprodução de “configurações geográficas urbanizadas”.

FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A hipótese da qual partem François Chesnais (1996, 2005) e outros economistas (entre eles FIORI e TAVARES, 1997; FIORI, 1999) assenta-se no fato de que o capital financeiro incrementa a colocação do dinheiro como representante autônomo do valor, como capital fictício, instalando um novo regime de acumulação do capitalismo contemporâneo. A equação D-D', presente nas

operações de crédito, aponta nessa direção e sintetiza o fato de que, criado para acelerar a circulação do capital e garantir as metamorfoses da mercadoria, o crédito parece instaurar uma circulação própria que funciona em um patamar acima do processo de circulação real das mercadorias. Karl Marx escreve em *O capital* (1988, p. 279, apud DAMIANI, 2006, p. 55-56):

Em D-D' temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente de mercadoria, de valorizar seu próprio valor – a mistificação do capital em sua forma mais crua.

Como sugere Amélia Luisa Damiani (2006, p. 43), o circuito do crédito faz “[circular] uma quantidade de dinheiro sem os parâmetros do valor da produção, que muitas vezes se torna mais vantajoso que a produção em si, caracterizando assim a formação de capital fictício (estágio avançado de reprodução de sua natureza abstrata)”. Segundo Marx (apud DAMIANI, 2006, p. 55) “o dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado”, tornando-se uma “propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como uma pereira é dar peras”. Essa naturalização da qualidade do dinheiro em gerar valor por si só existe porque o dinheiro é potencialmente capital e, por isso, ganha a virtude fantasmagórica de “criar” valor, o que só pode ocorrer quando a abstração da relação de valor está suficientemente desenvolvida concretamente na sociedade através das trocas. Temos assim que o capital fictício potencializa a qualidade da posição do dinheiro em gerar mais dinheiro sem aparentes mediações reais. Se o crédito não gera mais-valia, possibilita a atividade produtiva que, por seu turno, é geradora de mais-valia, colocando a virtualidade do crédito em criar valor e por isso cobrar juros. Então o crédito (na forma genérica das finanças) está a tal ponto captando uma parcela desproporcional daquilo que seria sua cota proporcional da taxa de mais-valia produzida na esfera da relação capital-trabalho que ele passa a ser um fim em si mesmo e, assim, mantém a relação fetichizada e abstrata D-D', que aparece como a forma social mais acabada da valorização capitalista atualmente.

Harvey (2004) entende esse processo a partir do que ele chama de processos moleculares de acumulação do capital articulados à lógica territorial expansionista do Estado, que se realizam através de uma dupla expansão das finanças internacionais e das estruturas institucionais defendidas a ferro e fogo

pelas potências capitalistas*. É assim que ele afirma que os excedentes de capital e de força de trabalho num território devem ser transferidos para outro para que encontrem uma aplicação lucrativa antes que se desvalorizem. O que está na base desse argumento é a idéia de circuitos do capital e a transferência que ocorre de um circuito para outro em tempos de crise. As desvalorizações de ativos em um circuito, escreve Harvey (2004, p. 98), pode configurar as novas bases para a acumulação futura, tornando o lado negativo da acumulação – a desvalorização – uma oportunidade para que uma nova onda de valorização ocorra. É justamente nesse processo que adquire centralidade o recurso ao sistema de crédito e aos inúmeros instrumentos financeiros (ações, fundos, títulos de dívida, securitizações) como possibilidade de reproduzir o capital excedente dos países ricos através do lucro com as desvalorizações nos países pobres.

Como processo inerentemente crítico, o capital, para acumular cada vez mais, se vê obrigado a negar suas acumulações pretéritas para que sempre possa instituir uma nova e primitiva acumulação na qual o espaço ganha importância (cf. SANTOS, 2006). Para que a acumulação interminável seja possível, diz Harvey, uma nova ordenação espaço-temporal deve ser produzida, o que se realiza realizando a interminável acumulação do poder político. Nessa direção, Harvey afirma (2004, p. 118) que o capitalismo atual atualiza e dá continuidade a uma acumulação primitiva através do roubo (desposseção) como motor da acumulação. Sobre as formas atuais de acumulação, Harvey (2004, p. 122-123) afirma:

O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo observaram [...], grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, [...] a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições [...] que reduzem populações inteiras [...] a prisioneiros da dívida [...], tudo isso são características centrais do capitalismo contemporâneo.

Percebe-se que a desvalorização se torna condição, meio e produto da valorização, e que ambas formam um jogo sustentado pelo Estado que garante que as crises não se generalizem e desencadeiem um colapso geral (cf. CARLOS, 2001). Como resultado, temos que, para a sociedade urbana implicada na reprodução do capitalismo contemporâneo, a produção do espaço e da própria urbanização

* O Acordo de Breton Woods e a criação do FMI são exemplos desse processo.

aparecem como fonte de valorização financeira. Uma certa acumulação primitiva do espaço (cf. DAMIANI, 2006; SANTOS, 2006) surgiria então como um dos momentos da acumulação capitalista hoje que, segundo entendemos, se faz nos termos de desposseções fundiárias ou por meio da capitalização (urbanização) de terrenos descapitalizados (desurbanizados). Este último processo aponta para a mais nova forma de produção do espaço urbano e significa que, para além da produção de um capital fixo (infra-estruturas nos territórios), o capital financeiro investe na produção mais banal e generalizada: a produção de cidades inteiras, de moradias e bairros residenciais a áreas comerciais. Assim, espaços antes adormecidos (cf. ROBIRA, 2005) passam a integrar o movimento de valorização fundiária, que faz com que o capital financeiro, além de lucrar com os empreendimentos imobiliários, especule com o preço das ações das empresas incorporadoras por meio dos seus bancos de terrenos.

Esse movimento geral de financeirização da economia capitalista é importante porque irá balizar as novas formas de produção imobiliária da urbanização do espaço em cidades como São Paulo, conforme veremos mais adiante. Mas, para chegarmos a esse ponto com alguma responsabilidade, devemos construir primeiramente algumas mediações que passam pela consideração de alguns elementos da historicidade da urbanização do Brasil, particularmente da cidade de São Paulo, que consideramos pressupostos do desenvolvimento dos processos mais atuais.

ELEMENTOS DA HISTORICIDADE DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA CIDADE DE SÃO PAULO

O processo de urbanização no Brasil tem sido amplamente tratado por inúmeros estudiosos, entre os quais destacamos a contribuição do geógrafo Milton Santos. Segundo as idéias gerais desse autor, só podemos pensar a urbanização da sociedade brasileira tendo em vista o já assinalado processo de modernização, que ocorre no país somente após a Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que o território brasileiro, a par do processo de desenvolvimento industrial – levado a efeito em grande medida pelos governos Getúlio Vargas e pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek – começará a ser integrado em um plano e em uma escala nacionais. Santos, contudo, faz uma diferenciação entre o processo de urbanização da sociedade e o processo de urbanização do território (SANTOS, 1994, p. 125):

Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos.

O que leva Santos a separar a urbanização da sociedade da urbanização do território parece ser um recurso analítico que procura enfatizar uma mudança mais significativa, associada ao desenvolvimento daquilo que chamou de meio técnico-científico e informacional. O que faz com que ele possa distinguir entre um Brasil urbano e outro não-urbano é então o grau de intensidade do meio técnico-científico, cuja presença tornaria mais vigoroso o processo de urbanização do território e, por conseguinte, da sociedade. Assim, Santos (1994, p. 105) escreve que:

Se as precedentes vagas de modernização davam-se, no Terceiro Mundo (e no Brasil também), não apenas com defasagens, mas com difusão limitada, tanto na sociedade quanto no território, a modernização atual, baseada na revolução técnico-científica e, paralelamente, nas transformações estruturais das bases econômicas e sociais do sistema capitalista, conhece difusão mais rápida e mais ampla, tanto na vida social quanto na configuração espacial.

Esse processo de urbanização brasileira, seja da sociedade, seja do território (ou de ambos) será pensado aqui através de dois momentos da cidade de São Paulo: o primeiro recupera o trajeto que vai da cidade a sua constituição como metrópole, tendo por mediação a industrialização, e o segundo problematiza o tema da urbanização da sociedade à luz dos novos conteúdos e formas urbanas. Dito isso, a configuração urbana da cidade de São Paulo como metrópole é iniciada no momento em que desponta a atividade de produção industrial no país, nas primeiras décadas do século XX. A industrialização exerceu um papel importante porque fez com que o Brasil, principalmente a partir dos anos 1950, se transformasse rapidamente de um país predominantemente agrário em um país virtualmente urbano (cf. DEÁK e SCHIFFER, 2004, p. 11), trazendo inúmeras transformações para as cidades, como o acelerado processo de crescimento populacional.

O processo de constituição industrial da cidade de São Paulo, responsável pela indução acelerada do seu crescimento e de sua urbanização, tem sua gênese, no entanto, em uma acumulação ainda originária de uma atividade agrária: a produção cafeeira voltada à exportação. O crescimento urbano de São Paulo

esteve ligado tanto à geografia das estruturas de circulação e fluidez das mercadorias no território paulista voltadas originariamente à atividade cafeeira quanto a outras mudanças socioeconômicas, como a disponibilização de capitais para investimentos, fruto do assalariamento que foi liberando a necessidade de imobilização de recursos para a compra e venda dos escravos (cf. BRITO, 2000). Essa disponibilidade de capital, de acordo com Brito, foi importante para tornar, gradativamente, os imóveis urbanos importantes opções para investimentos.

Adriano Botelho (2005) chama a atenção para o que Juergen Richard Langenbuch (1968) caracterizou como os primeiros sinais em relação à perspectiva de valorização do solo urbano na cidade de São Paulo: o desmembramento, via loteamentos, das antigas chácaras que circundavam a área central. Seguindo as idéias de Brito (2000), a própria industrialização nascente fez com que houvesse um crescimento demográfico e econômico através do aumento das atividades comerciais, em parte decorrentes da instalação na cidade tanto da crescente mão-de-obra imigrante quanto dos proprietários rurais. Segundo Brito (2000, apud BOTELHO, 2005), esse movimento de concentração populacional pressionou o aumento da demanda geral por imóveis, sejam eles pequenos e distantes (para os operários), sejam espaçosos, suntuosos e próximos do centro (para as elites do café e da indústria em ascensão). Nesse sentido, ainda de acordo com as idéias de Brito, os negócios com imóveis passam a figurar inclusive como aplicação segura em relação à oscilação da economia cafeeira – muito suscetível aos preços internacionais –, denotando a formação do caráter da terra urbana como reserva de valor naquele momento. Muito cedo observamos, para aquela autora, a formação e a prematura consolidação de um mercado imobiliário e fundiário na cidade de São Paulo, constituído por negócios envolvendo a construção e comercialização de casas operárias e palacetes, estabelecimentos comerciais e industriais, bem como de loteamentos de antigas glebas. A cidade do café caminha para configurar-se em grande metrópole industrial já em meados dos anos 1960, apoiando fortemente sua expansão espacial na dinâmica de valorização/desvalorização fundiária.

PROBLEMÁTICAS ESPACIAL E URBANA DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

A partir das considerações feitas, perguntamos: como a urbanização contemporânea da sociedade (urbana) se reflete na produção das cidades brasi-

leiras? Que elementos, presentes na produção contemporânea do espaço das nossas cidades, nos permitem avaliar os rumos que vêm sendo tomados pelo processo mais amplo de urbanização da sociedade? Podemos observar que, de modo geral, a partir da década de 1970, e mais profundamente a partir da década de 1980, a cidade de São Paulo, principal aglomeração urbano-industrial do Brasil, passa a ser invadida pela reprodução em vários planos, marcando uma passagem da hegemonia de uma economia industrial para a hegemonia de uma economia financeirizada (cf. CARLOS, 2004). Essa passagem – que não é absoluta – acarreta a produção de novas formas de produção capitalista do espaço nas metrópoles e cidades, formas estas mais complexas e segundo lógicas crescentemente internacionais.

O recente processo de abertura de capital das maiores incorporadoras do país na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) reforça a aproximação entre o setor imobiliário e o capital financeiro. De um lado, há a procura por fontes alternativas de captação de recursos visando ao aumento da base de capital e a continuidade dos investimentos imobiliários; de outro, o processo demonstra o crescente interesse das finanças em aplicar na produção do espaço. Empecilhos ao setor imobiliário na cidade de São Paulo, como a raridade de terrenos para a incorporação, surgem como um elemento importante na criação de novas centralidades/pólos/fronteiras de valorização fundiária através da construção de grandes empreendimentos nas áreas periféricas das regiões metropolitanas, no interior do estado e em outras metrópoles brasileiras. A estratégia atual das incorporadoras está assentada na diversificação dos seus investimentos do ponto de vista socioeconômico, o que conforma uma nova morfologia da urbanização engendrada por um novo arranjo espaço-temporal que atualiza/acelera o movimento reprodutivo das finanças.

Assim, admitimos a hipótese de que a produção da urbanização contemporânea expande a acumulação fundiária urbana através da valorização imobiliária de áreas desvalorizadas, valorizando com isso as finanças internacionais – que investem nas incorporadoras através de aquisições acionárias. Podemos pensar, baseados nas idéias de Mariana Fix (2007), que o setor imobiliário paulistano conjuga uma acumulação local (famílias tradicionais do café e da indústria) com uma acumulação mundial. A partir daí, tal dinâmica se realiza encontrando saídas espaciais para sua reprodução, ou “novas rodadas de investimentos” (cf. SANTOS, 2006) que abandonam a contigüidade do tecido

metropolitano e provocam um “salto” para acumular em outras cidades/áreas urbanas e metropolitanas, transformando pedaços do território nacional e das periferias metropolitanas em espaços produtivos. Assim, a acumulação contemporânea envolveria não apenas a destruição criativa das formas espaciais (HARVEY, 2004), mas a própria urbanização/capitalização de áreas desurbanizadas/descapitalizadas (nem por isso não-capitalistas).

O caso do Bairro Novo Cotia, megaconjunto habitacional com quase 2.400 moradias sendo construídas em área periférica da cidade de Cotia (na Região Metropolitana de São Paulo) pela empresa Bairro Novo – uma *joint venture* entre a Gafisa e a Odebrecht –, coloca-se como paradigmático desse processo. Voltado a atender populações de rendimentos baixos, esse empreendimento revela uma nova complexidade da reprodução espacial do capitalismo, que se dá através de uma valorização da terra urbana das periferias da metrópole como momento necessário à acumulação financeira global, já que os investidores internacionais exercem um comando de tais empresas via composições acionárias. Em Cotia, a Bairro Novo está construindo em um terreno com área total de 436.513 m², sendo que o empreendimento será lançado em cinco fases, a primeira das quais ocorreu em dezembro de 2007 e contabilizou rapidamente a venda das primeiras 500 unidades, entre casas e apartamentos. Segundo o presidente da Bairro Novo, Roberto Senna, a estratégia de atuação da empresa é diferente daquelas incorporadoras que já estão atuando no mercado de baixa renda, como Tenda, MRV, Fit (da própria Gafisa) e Living (da Cyrela). O modelo a seguir é o mexicano e envolverá a urbanização de áreas periféricas nas grandes metrópoles para a construção de “condomínios-cidade” de até 10.000 casas e apartamentos. Vale destacar um outro elemento financeiro que tem auxiliado a “descida na pirâmide demográfica brasileira” dos negócios imobiliários: as novas possibilidades de crédito e financiamento aos mutuários. No caso do Bairro Novo Cotia, foi firmada uma parceria com o Banco ABN Amro/Real que possibilitará o financiamento, via recursos do FGTS, de 90% da compra do imóvel em até 25 anos a taxas de juros reduzidas, sem parcelas intermediárias e sem necessidade de comprovação de rendimento **.

* Palavras de Wilson Amaral, presidente da Gafisa S.A., em: <http://web.infomoney.com.br>.

** O comprador inicia o financiamento com prestações de cerca de R\$ 200,00 até as chaves, e a partir de R\$ 400,00 após a entrega.

O quadro 1 a seguir ilustra as características dos novos empreendimentos residenciais em andamento na metrópole de São Paulo:

Quadro 1 – Megaemprendimentos residenciais
na metrópole de São Paulo – 2008

Local	Realização (Empresa)	Área (m ²)	Unidades	Moradores	Andamento
Osasco	Tiner (Portugal)	404.000	5.180	20.720	previsto
Osasco	Camargo Corrêa / Rodobens	57.000	1.728	6.912	iniciado
Cotia	Gafisa / Odebrecht	436.000	2.386	9.554	iniciado
Caieiras	Camargo Corrêa / HM Eng.	5.203.000	20.000	80.000	previsto
Interlagos	Tiner (Portugal)	203.000	1.700	6.800	lançado
Interlagos	Tiner (Portugal)	Indisponível	1.500	6.000	lançado
Itaquera	Inpar	160.000	2.100	8.400	previsto

Fonte: diversos sítios consultados na internet / Elaboração: Danilo Volochko

Um primeiro aspecto chama a atenção quando examinado o quadro anterior: as grandes proporções das áreas que vêm sendo adquiridas. Outra característica se refere à localização desses terrenos, que só poderiam situar-se (pelo seu tamanho) em áreas periféricas, semi-ocupadas, desvalorizadas pelo entorno que geralmente se apresenta ocupado por habitações precárias como autoconstruções e favelas. Um terceiro elemento que aparece nesses megaemprendimentos é o número elevado de unidades habitacionais a serem construídas, acima de mil, duas mil e até com dezenas de milhares de unidades. Esses novos empreendimentos apontam para uma série de novos processos em curso, tanto do ponto de vista da produção lógica do espaço quanto das formas de habitar a metrópole. Com eles, desenha-se a produção de uma nova morfologia urbana, marcada pela produção capitalista da periferia através da construção de megaconjuntos residenciais voltados à população de mais baixos rendimentos. Esses novos conteúdos nos suscitam algumas indagações. Do ponto de vista da reprodução capitalista, estaríamos diante do fato de que o desenvolvimento urbano de grandes glebas desurbanizadas na periferia metropolitana vêm se tornando uma atividade central devido ao aumento da velocidade de realização dos ciclos imobiliários possibilitado pela tecnologia e padronização construtivas que dão uma escala mais ampla aos empreendimentos imobiliários? A incorporação

para o desenvolvimento urbano em grande escala de projetos com milhares de unidades residenciais proporciona vantagens para o setor imobiliário: preços baratos dos terrenos, produção de materiais no canteiro de obras, projetos modulares, ciclo curto de construção, economias de escala. Nessa situação, a valorização e a rentabilidade do solo urbano da periferia pode ser vista como uma nova fronteira da acumulação do capitalismo contemporâneo?

Essa dinâmica de produção de habitação geral pelo mercado vem sendo propagandeada como uma solução para o problema do chamado déficit habitacional brasileiro. Mas essa dinâmica, ao “resolver” o problema do acesso à moradia de muitos, provavelmente imporá seu conteúdo à vida social: uma nova segregação, já que tais “bairros planejados” são, em sua maioria, gigantescos condomínios fechados. Assim, o capital propicia o valor de uso e a casa própria, mas, dialeticamente, o faz nos seus termos, gerindo tais comunidades – inclusive participando e liderando as associações de moradores – e instituindo suas negatividades inerentes aos modos de sociabilidade e apropriação privada do espaço na cidade. Haverá apropriação e uso efetivo do espaço nessa nova morfologia produzida pelo capital, os megaconjuntos habitados por comunidades da própria periferia? Essa forma de urbanização contemporânea exerce um domínio social ampliado, através da territorialização, via propriedade privada do solo, de um tipo de urbanização calcado na fragmentação/hierarquização/homegeneização dos espaços da habitação, condicionados por práticas de segregação baseadas na separação de usos, monotonia, identidade funcional (cf. JACOBS, 2000). O resultado é a produção de uma nova urbanização do espaço que impõe novos conteúdos para a urbanização da sociedade (urbana) ao propor novas práticas socioespaciais, já que põe populações da própria periferia em uma relação diferente com o lugar que habitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NOVA URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE (URBANA)?

Através dessas novas modalidades de urbanização da sociedade (urbana), verificamos que tais formas de expansão do tecido urbano, enquanto uma urbanização *stricto sensu*, são organizadas por novos conteúdos socioespaciais da reprodução da sociedade urbana sob a centralidade da economia, particularmente da economia financeira. O tema da urbanização da sociedade exige cuidados, observações e mediações. Ele não pode ser pensado apenas em abstrato, devendo-

se levar em conta as formas particulares que esse processo assume em diferentes países e sociedades. Por outro lado, as particularidades devem ser articuladas, do ponto de vista do método, por uma totalidade trans-histórica aberta: a cidade.

Para os propósitos da discussão sobre a urbanização da sociedade (urbana), tomamos, neste texto, a seguinte retrospectiva genérica para a categoria cidade: a inflexão da cidade política para a cidade mercantil e para a cidade industrial, bem como a passagem da modernidade à modernização ou pós-modernidade (início do século XX), que inaugura a sociedade urbana. Evidentemente cada momento dessa historicidade genérica e descontinua da cidade manifesta espacialmente diversas particularidades de acordo com a sociedade considerada e seu contexto. A dificuldade está em situar a categoria cidade hoje, para que seja possível a reflexão sobre a urbanização da sociedade (*lato sensu*), tendo em vista a realidade e o conceito de sociedade urbana. Frente a isso, analisamos a urbanização contemporânea da metrópole de São Paulo, comandada pela mundialização financeira que tem lugar a partir da década de 1980, o que nos permitiu pontuar alguns processos contemporâneos da produção do espaço. Trata-se de uma urbanização que tende a obedecer aos nexos de um espaço-tempo global: o da reprodução do capitalismo.

Porém, continuamos a perguntar: em que termos a categoria cidade se colocou e se coloca quando pensamos o Brasil? Sobre isso, podemos dizer que se o fenômeno urbano aparece na história do Brasil já desde muito cedo, um primórdio de urbanização mais intensa ocorre somente a partir do século XVIII (com a mineração), em um processo ligado à acumulação colonial externa da Europa. No último quartel do século XIX, a urbanização avança ligada ao ciclo do café – voltado à exportação e ao comércio internacional –, permitindo certa acumulação nas cidades do Sudeste e particularmente em São Paulo, o que participa no advento da industrialização a partir da década de 1940. A industrialização brasileira, que articula a instalação de indústrias multinacionais com a formação de grupos industriais nacionais, induz fortemente o crescimento e a urbanização de cidades como São Paulo, mas parece ter sido hegemônica na última década pela financeirização, ligada às estratégias de uma “nova rodada de acumulação” dos países centrais, através dos seus investimentos internacionais, particularmente nos chamados “mercados emergentes”.

Esses processos nos lembram da necessidade de se considerar o processo de urbanização da sociedade (urbana) no Brasil em seus nexos com os motores da acumulação econômica mundial que, muitas vezes, definiram ciclos de acumulação e crise econômica interna (ouro, café, indústria). Mas o fundamental é que o processo de urbanização da sociedade e do espaço no Brasil se desenvolve fortemente quando já se vislumbra a constituição do urbano, da sociedade urbana, da espacialidade indutora de uma temporalidade comandada pelos movimentos de **reprodução** mundial do capital. Diante disso, indagamos: estaríamos vivendo hoje um novo ciclo, agora financeiro, de acumulação econômica capaz de definir uma nova urbanização? Poderá a cidade – categoria trans-histórica e teórica – ser dialeticamente conquistada através da sua negação, a urbanização? Quais mediações o Brasil propõe, enquanto país capitalista periférico, para a reflexão sobre a urbanização da sociedade? De que modo a conquista da cidade na metrópole poderia ocorrer? Quais são as forças latentes na metrópole que nos permitiriam iniciar essa retomada?

Por fim, anunciamos a seguinte questão (que exige uma outra ordem de considerações, um novo movimento do pensamento, no limite, requer um outro texto): poderíamos dizer que a sociedade urbana, produto da história capitalista, se revela ao mesmo tempo (e dialeticamente) como impossibilidade/possibilidade de superação de uma urbanização *stricto sensu* rumo a uma nova ou a uma outra urbanização da sociedade? Pensamos, nessa ótica, que a abertura de uma tal via (real e analítica) poderia iluminar as possibilidades de superação da desumanização orquestrada pelos poderes e pelas estratégias reprodutivas do capital e do Estado no espaço. Tal via de superação teria lugar pela negação das negatividades da metrópole e do urbano, potencializando as pequenas resistências cotidianas em torno da edificação da cidade como lugar da centralidade social e lúdica do habitar, do uso, da apropriação, em poucas palavras, através da luta pela transformação da metrópole e do urbano em espaço-tempo do devir civilizatório do homem. Para encerrar, faço minhas as palavras de Mumford (1998, p. 618):

A tarefa da cidade vindoura é [...] colocar as maiores preocupações do homem no centro de todas as suas atividades; é unir os fragmentos dispersos da personalidade humana, transformando homens artificialmente mutilados – burocratas, especialistas, peritos, agentes despersonalizados – em seres humanos completos, reparando os danos que foram causados pela divisão vocacional, pela segregação social.

REFERÊNCIAS

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000.
- BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado de moradia na cidade de São Paulo*. 2005. 345 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890 a 1911*. 2000. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do Espaço Urbano*. 1986. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004. P. 51-83.
- _____. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1991.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHILDE, V Gordon. *Evolución de la Sociedad*. Madrid: Ciencia Nueva, 1951.
- DAMIANI, Amélia Luisa (Coord.). *O Futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro*. São Paulo: AGB/SP, Labur/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006.
- DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- FIORI, José Luiz (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FIORI, José Luiz; TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- _____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- MARQUES, Eduardo César; TORRES, Aroldo (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização; etapas da evolução sócio-cultural*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas – espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.) *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 09-20.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. *Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço*. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 101-122, jan.-jul., 2006.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HICITEC, 1994.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SPOSATI, Aldaíza (Coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- SPOSATI, Aldaíza. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. P. 83-99.

Recebido em: 14/08/2008

Aceito em: 25/09/2008